



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

16/12/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Ipea eleva a 4,9% projeção para inflação em 2023, com estouro da meta

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revisou para 4,9% sua projeção para a inflação em 2023, resultado que ficaria acima do teto da meta de 4,75% do período, informou o órgão nesta quinta-feira (15).

A estimativa anterior era de 4,7%. A meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional para o ano que vem é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A nova projeção reflete mudanças tanto na trajetória dos preços monitorados como dos preços livres no próximo ano.

O Ipea alertou que, por um lado, a deflação apresentada para os preços administrados em 2022 deve ser revertida ao longo de 2023. "Além dos reajustes contratuais das distribuidoras de energia e das operadoras de planos de saúde, a recomposição mais acentuada das tarifas de transporte público deve exercer pressão sobre este grupo de preços no próximo ano", disse o Ipea em nota.

A perspectiva de queda dos preços das commodities no mercado internacional em 2023 e a normalização das cadeias produtivas, afetadas durante o auge da pandemia de Covid-19, devem impedir, por outro lado, pressões adicionais sobre os preços dos bens industriais e dos alimentos, contribuindo para conter a inflação no ano.

"A projeção de uma safra recorde de grãos e a baixa probabilidade de eventos climáticos adversos ajudam a compor um cenário de alta menos intensa dos alimentos em 2023", destacou o Ipea.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 16 de dezembro.

Banco Central melhora projeção para crescimento do PIB em 2022

Segundo a autarquia, "a inflação subjacente se mantém alta e em patamar incompatível com o cumprimento da meta, mas há sinais incipientes de arrefecimento na margem, inclusive no segmento de serviços".

De acordo com o relatório, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do trimestre encerrado em novembro ficou 0,17 ponto percentual acima do cenário de referência apresentado há três meses, ressaltando que essa surpresa ocorreu porque não se concretizou parte da redução esperada nas tarifas de energia elétrica residencial após corte tributário e houve alta substancial nos preços de alimentos in natura.

O BC disse ainda que a probabilidade de a inflação ultrapassar o teto da meta neste ano passou de 93% para nível próximo a 100%, enquanto a chance de estouro em 2023 subiu de 46% para 57%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 16 de dezembro.

Desempregados de SP poderão receber bolsa trabalho de até um salário mínimo

A Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) aprovou nesta terça-feira (13) um projeto de autoria do governo do estado que aumenta o valor pago pelo programa Bolsa Trabalho. De acordo com as novas regras, o benefício será de no mínimo R\$ 450 e poderá chegar a um salário mínimo, que será de ao menos R\$ 1.302 a partir de janeiro.

O Bolsa Trabalho é parte do programa Bolsa do Povo, que tem como objetivo oferecer ocupação, renda, cesta básica e cursos de qualificação profissional à população desempregada do estado. O pagamento é feito por até cinco meses.

No programa, o beneficiário presta serviços para órgãos públicos e empresas majoritariamente estatais que, por sua vez, não podem promover "a substituição de seus servidores ou empregados, nem rotatividade de mão de obra, em decorrência dos serviços prestados pelos participantes do referido programa", diz a lei.

Além disso, o Projeto de Lei 625/22 determina que pelo menos 2% das bolsas sejam destinadas a egressos do sistema penitenciário e pelo menos 3% para pessoas com deficiência. A carga horária máxima de trabalho é de 4 horas diárias, ou 20 horas semanais.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 16 de dezembro.

'Carne aqui em casa virou luxo', diz beneficiária do Auxílio Brasil que teve empréstimo negado

Desde o fim das eleições os beneficiários do Auxílio Brasil passaram a ter dificuldade para conseguir o empréstimo consignado associado a esse benefício.

Em agências da Caixa em diversas regiões da cidade de São Paulo visitadas pela reportagem, a informação é de que a linha não está disponível, mas que a procura continua. Os atendentes afirmam que pelo menos cinco pessoas vão até as unidades por dia com a intenção de pegar o empréstimo, sem sucesso.

É o caso de Carien Barth, 54. Ela está desempregada e, desde meados de outubro, tenta conseguir o crédito. Segundo ela, na primeira tentativa, o empréstimo de R\$ 2.400 apareceu como aprovado no aplicativo Caixa Tem, mas logo foi cancelado.

"Tenho até vergonha de dizer, mas carne aqui em casa virou luxo", afirma a moradora de Novo Hamburgo (RS). Ela fez o pedido do empréstimo para quitar dívidas e conseguir comprar uma cesta básica.

Em nota, a Caixa informa que, entre os dias 25 de novembro e 8 de dezembro, foi realizado o processamento da folha de pagamento do Auxílio Brasil, uma rotina que envolve o banco, a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social) e o Ministério da Cidadania. Nesse período, a contratação de novos empréstimos fica suspensa, diz a Caixa, mas seria retomada a partir da última segunda-feira, 12.

Mesmo depois de informada que os clientes ainda não conseguem acessar a linha de crédito após esta data, a Caixa reiterou a informação de que o consignado para quem recebe Auxílio Brasil está disponível nas agências.

Segundo relatos de funcionários que trabalham nas agências da Caixa em São Paulo, na segunda, o sistema permaneceu fora do ar. Já na terça-feira, 13, os relatos eram de que o sistema estava disponível novamente, mas apresentava oscilações. Neste mesmo dia, nas agências, a informação, logo na entrada, era de que as contratações não estavam ocorrendo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 16 de dezembro.

STF homologa acordo para pôr fim a impasse do ICMS, e gasolina pode subir

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) homologou, por unanimidade, acordo que busca dar fim a impasse entre estados, Distrito Federal e União acerca do ICMS sobre combustíveis, após uma lei federal sancionada em junho criar um teto para o tributo, causando um rombo nas contas dos entes federativos.

Mas o acordo, que não considera a gasolina um item essencial, excluindo o teto do imposto para este combustível, pode elevar custos para os consumidores nos postos, caso estados venham a estabelecer uma alíquota maior do ICMS para recuperar perdas de receita.

Pelo pacto, diesel, gás natural e gás de cozinha tiveram sua essencialidade mantida.

O acordo veio após lei sancionada por Jair Bolsonaro (PL) em meados do ano —diante de grandes mobilizações em busca de medidas para aliviar uma alta dos preços dos combustíveis— ter sido considerada inconstitucional por estados, que levaram o caso ao STF.

O texto da lei federal não chegou a fixar uma alíquota para o ICMS cobrado, mas limitou a incidência do tributo a aproximados 17% ao carimbá-los como "essenciais".

Entre os pontos acertados entre as partes está a manutenção da essencialidade do diesel, do gás natural e do gás de cozinha (GLP), mas a gasolina ficou de fora, o que pode impactar por tabela o mercado de etanol hidratado, concorrente do combustível fóssil, que sempre teve uma vantagem tributária no ICMS, mas perdeu parte dela com a lei deste ano.

"Tendo em vista que, a alíquota média Brasil para o óleo diesel é na faixa de 15%, em tese, não deveria ocorrer elevação da carga tributária atual", disse a Raion Consultoria, em nota a clientes.

Por outro lado, o imposto sobre a gasolina deverá ficar mais livre e conseqüentemente favorecer o mercado de etanol.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 16 de dezembro.